Questionamento
Informação
Atualidade

LUCAS ROCHA
Professor

REVISTA
REDAÇÃO

Ed. 03 | Ano: 2018 | 11 de fevereiro | Professor Lucas Rocha

Cura gay" agride o conhecimento científico

O psicanalista Francisco Daudt refuta, enfaticamente, o teor do projeto que trata a homossexualidade como doença, que, por pressão da sociedade, teve sua tramitação interrompida.

LUCAS VASQUES

BULLYING

DEIXA MARCAS PARA A VIDA TODA - ATÉ EM QUEM NÃO É A VÍTIMA

Não é brincadeira de criança. Não é só uma piada. Não é mimimi. A ciência já sabe que as consequências da perseguição sofrida quando criança ou adolescente atravessam (e prejudicam) a vida adulta.

CAROL CASTRO e FELIPE FLORESTI

A direita ainda mais à direita WILSON GOMES

SIM, sei que é quase fim de semana e que você merece uma cerveja esparramado no sofá ou um tempo em paz para dar um tapa no visual e ir à luta no mercado de amor & sexo; que hoje é sexta-feira e não tá fácil para ninguém. Mas deixe eu só dizer uma coisinha para você matutar, porque a gente quer prazer, diversão e arte, mas também não perde o vício de pensar.

Bullying deixa marcas para a vida toda - até em quem não é a vítima

(CAROL CASTRO e FELIPE FLORESTI)

Não é brincadeira de criança. Não é só uma piada. Não é mimimi. A ciência já sabe que as consequências da perseguição sofrida quando criança ou adolescente atravessam (e prejudicam) a vida adulta

DESIGN FEU / FOTOS JULIA RODRIGUES

(FOTO: JULIA RODRIGUES / DESIGN: FEU)

A PRIMEIRA vez que Fernanda Brzezinski fez uma dieta foi aos seis anos. A avó cobrava dela um corpo dentro dos padrões. E a menina absorvia toda aquela cobrança. Na escola, as piadas dos colegas também a estimulavam a perder peso. "Eu ainda era peluda, então começaram a dizer que eu parecia uma foca quando ria", relembra. Não comprava roupas justas ou do tamanho certo; preferia camisetas e calças largas, na tentativa de esconder o corpo.

Na adolescência, quando frequentava a casa de uma amiga bem magra, na hora do lanche da tarde ela era proibida de comer. Fernanda só perdeu peso perto dos 30 anos, quando teve seus dois filhos: Felipe, hoje com 14 anos, e Sofia, com 10.

Os filhos passaram pelas mesmas dificuldades que a mãe. No ano passado, Felipe entrou em um papo sobre política no grupo de WhatsApp da sala de aula. Apaixonado pelo assunto, ele e os amigos discordaram de uma colega, que pediu para encerrar a discussão. Ela argumentou que aquela conversa era coisa para adultos e não para adolescentes como eles — como resposta, tomou uma invertida: "Mas idade para beijar na boca você tem, né?".

A briga não parou ali. Chateada, a garota adicionou amigos mais velhos no grupo para defendê-la. E foi o que fizeram. Só quem continuou na conversa foi Felipe — e ele foi ofendido de todas as formas por causa do peso. "Você vai morrer virgem", ouviu. Aos prantos, mostrou a mensagem à mãe e perdeu a vontade de ir à escola. Só superou parcialmente o trauma com a ajuda de psicólogos.

Com a irmã, Sofia, a história foi outra. Ela começou a apresentar sintomas fortes de ansiedade — mordia a parte interna da bochecha até sangrar — e a adotar uma postura mais agressiva com todos, inclusive em casa, com os pais. Uma das professoras comentou com a mãe que a menina comia duas vezes durante os intervalos. Só não contou que ela havia se afastado dos amigos e que a única pessoa com quem conversava era a atendente da livraria da escola. Até que um dia Sofia não aguentou mais e pediu desesperadamente para mudar de colégio. Fernanda atendeu, e só depois da mudança se deu conta de que a filha sofria bullying.

http://3.bp.blogspot.com/-cJtBdoJL5tc/Uw8xdyK3amI/AAAAAAAAAEY/Qn0LRHA2T3M/s1600/Bullying.jpg

É que reconhecer o bullying não é fácil. Em geral, todo mundo percebe que não era uma simples "brincadeira de criança" só quando a história atinge seu desfecho mais trágico — e não faltam casos nos últimos tempos. A Polícia Civil trabalha a hipótese de que o adolescente que atirou nos colegas numa escola em Goiânia, em outubro, foi motivado pelo bullying. Chamado de fedorento, ele teria ganhado um desodorante de presente de um colega dias antes.

Outra história, mais recente, que virou notícia no mundo todo em janeiro, é a da adolescente australiana Ammy "Dolly" Everett, de 14 anos. Ex--garota-propaganda de uma marca de chapéus, a jovem se suicidou depois de constantes ataques virtuais — os pais não disseram o motivo, mas deixaram um convite aos agressores. "Se as pessoas que pensaram que se tratava apenas de piadas e que se sentiam superiores com o bullying constante virem esse post, por favor, venham ao funeral para testemunhar a completa devastação que criaram", escreveu Tick Everett, pai da garota, no Facebook.

Só tem um detalhe: histórias extremas como essas são exceções. Em geral, os adolescentes sofrem em silêncio — normalmente não tomam atitudes tão drásticas — e, por isso, os casos crescem fora das estatísticas, despercebidos. Ainda assim, segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizada em 2015 com mais de 70 mil alunos, um a cada três adolescentes brasileiros já sofreu bullying. Outros 20% admitem praticá-lo.

A agressão, em alguns países

Porcentual de estudantes de 15 anos que disseram ter sofrido bullying

País	Meninas	Meninos
Estados Unidos	7	14
Canadá	5	13
Reino Unido	6	10
Espanha	6	7
Áustria	11	26
Alemanha	9	21
Turquia	7	13

Fonte: OCDE (2009)

O BULLYING NO BRASIL

1 em cada **3** estudantes de 14 anos já sofreu bullying na escola

70% de alunos entre 11 e 14 anos testemunharam agressões

21% dos casos acontecem dentro da sala de aula

Fontes: IBGE e Plan Brasil (2009)

http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI224607-15228,00.html

A maior parte dos agressores e das vítimas têm, em média, 14 anos. É a fase da puberdade, das conquistas amorosas, e quem não se enquadra nos padrões de beleza é quase sempre alvo. Não à toa, de acordo com a pesquisa, os principais motivos das zoeiras são a aparência do corpo e do rosto.

O problema persiste porque pais e professores ainda têm muita dificuldade até em nomear o que é bullying — até porque o termo surgiu e começou a ser estudado com afinco recentemente, em 1999. É definido como o desejo consciente e deliberado de maltratar uma pessoa e colocá-la sob tensão. A origem vem da palavra inglesa "bully", e remete a valentões, tiranos e brigões. Mas nem todo bullying envolve briga física — as agressões podem ser verbais, como aconteceu com Felipe, ou psicológicas (isolar um colega, como fizeram com Sofia).

"Há pouco tempo, o conceito era rejeitado por não ser bem definido. E hoje é um pouco deturpado, tudo a gente diz que é bullying. 'Ai, a professora não gostou do meu trabalho, sofro bullying'", explica a psicoterapeuta Quézia Bombonatto.

VIOLÊNCIA CONTRA ESTUDANTES

Vítimas

10%

MENINOS	MENINAS
12%	7%

Agressores

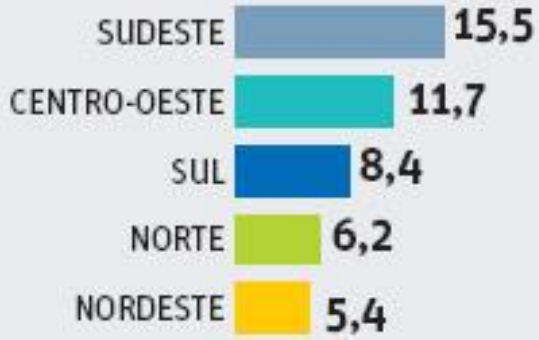
10%

MENINOS	MENINAS
12,5%	8%

Vítimas e agressores — 3%

Alunos que foram vítimas de bullying (%)

POR REGIÃO (MAIS DE 3 VEZES NO ANO)



Motivações para os maus-tratos na escola

QUEREM SER POPULARES	NÃO SEI DIZER	POR BRINCADEIRA
16,84%	12,97%	11,59%

Vítimas por idade (%)

POR SÉRIE

5ª	26%	7ª	21,5%
6ª	33%	8ª	21%

FONTE: PESQUISA FEITA PELO CENTRO DE EMPREENDEDORISMO SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO EM TERCEIRO SETOR (CEATS/FIA), PARA A ONG PLAN BRASIL. FORAM OUVIDOS 5.168 ALUNOS DE 5ª A 8ª SÉRIES DE ESCOLAS PÚBLICAS E PARTICULARES EM TODAS AS REGIÕES DO PAÍS

https://meilycass.wordpress.com/2011/10/22/video-aula-28-o-fenomeno-do-bullying/

É justamente para não transformar tudo em bullying que os pesquisadores definiram critérios para descrever o problema: comportamento agressivo ou propositalmente doloroso ao outro, repetido várias vezes ao longo do tempo e caracterizado por um desequilíbrio de poder entre pessoas. Essas situações envolvem sempre três atores, não apenas um ou dois. Há o agressor, a vítima (mais frágil e, em geral, com baixa confiança e autoestima para se defender) e o público. Sem a plateia para rir ou repassar as piadinhas, nenhuma brincadeira tem vida longa.

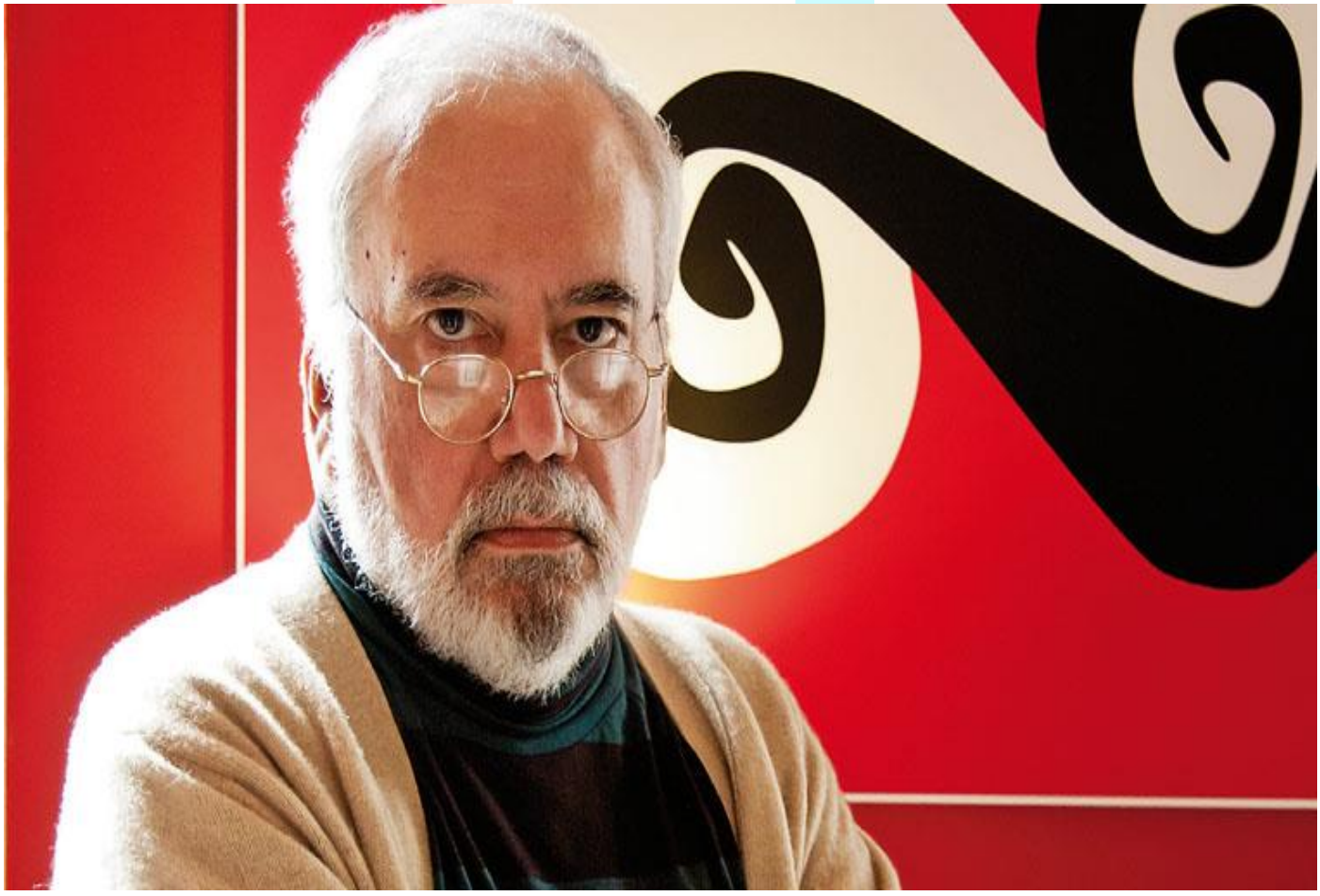
Na sua época — e na de seus pais, avós, bisavós — isso já existia, só não era chamado de bullying. Diziam que era brincadeira e não tinha nada demais, afinal, você (ou eles) cresceu saudável e forte. Certo? Não exatamente. Fernanda sabe bem as marcas que o bullying deixou e que o tempo não apagou. "Como eu fui gorda, sempre avisei meus filhos: ou vocês emagrecem ou aceitam que serão chamados de gordos, como eu fui", conta. "E errei nisso. Não estimulei a autoestima deles." Mas não é só isso.

Pesquisas recentes mostram ainda que o bullying aumenta os riscos de depressão e transtornos de ansiedade durante a vida toda da vítima, não apenas na infância. Uma coisa, no entanto, é certa: bullying existe (e causa dor às vítimas) desde sempre.

CAROL CASTRO e **FELIPE FLORESTI** são Jornalistas e escrevem para esta publicação. **Revista GALILEU, Fevereiro de 2018.**

"Cura gay" agride o conhecimento científico (LUCAS VASQUES)

O psicanalista Francisco Daudt refuta, enfaticamente, o teor do projeto que trata a homossexualidade como doença, que, por pressão da sociedade, teve sua tramitação interrompida



CARIOCA do Cosme Velho, tradicional bairro do Rio de Janeiro, o psicanalista **Francisco Daudt** tem opiniões contundentes a respeito do tema e de outros assuntos referentes às **orientações sexuais** diversas. "Tratar a **homossexualidade** dessa forma é contra o que rege a **Psicologia** e a **Medicina**, desde que se convencionou, internacionalmente, que a **orientação homossexual** não constitui uma doença".

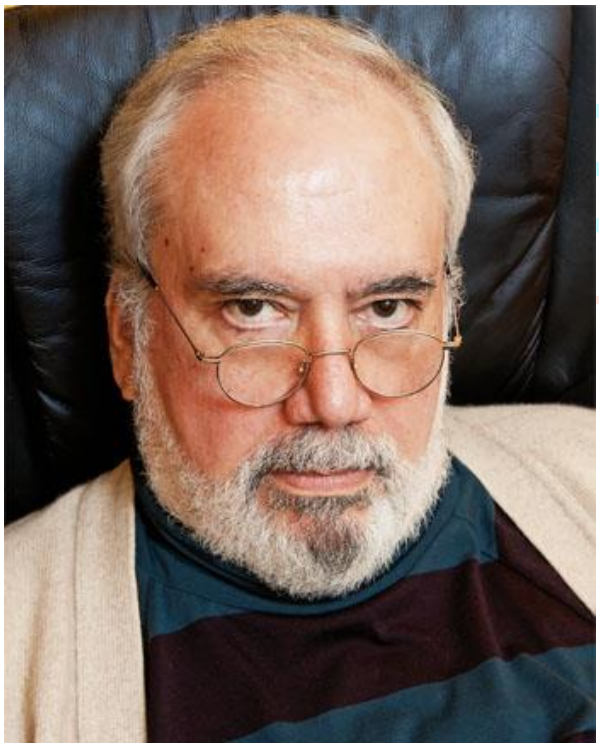
O psicanalista também não se furta de criticar a postura de alguns psicanalistas, que, até os anos 1990, ofereciam tratamentos de reversão para a **homossexualidade**. "Para mim, isso é um sintoma do corporativismo arrogante da Psicanálise, de se julgar uma modalidade de conhecimento superior a outras e, por isso, imune a suas críticas".

Formado médico pela **Universidade Federal do Rio de Janeiro** em 1971, migrou do ofício de clínico gastroenterologista para a **Psicanálise** em 1976. Lecionou teoria freudiana e, como faz questão de enfatizar, nunca se vinculou a instituições psicanalíticas. É **colunista da Folha de São Paulo** há quatro anos e acaba de lançar mais um livro, chamado **A natureza humana existe – e como manda na gente**, pela Casa da Palavra. A obra é baseada na coluna que publica, em semanas alternadas, no caderno "Cotidiano" da Folha.

O deputado João Campos (PSDB-GO), autor do projeto de decreto legislativo, chamado de "cura gay", afirmou que a finalidade da iniciativa era "resgatar a premissa inicial do artigo 5º da Constituição, de que todos são iguais perante a lei. E a resolução nº 1 do Conselho Federal de Psicologia ofende esse princípio, na medida em que discrimina o homossexual e não dá o mesmo tratamento ao heterossexual". Como você avalia essa interpretação?

Francisco Daudt – Não faço a mais pálida ideia de questões jurídico-constitucionais, pois não são assuntos da minha alçada. Mas é da minha competência dizer o que significa 'cura gay'. Quando se fala na cura do câncer, se pensa na maneira de extirpar uma doença. Pois é nesta acepção do verbo curar que ele é usado na expressão "cura gay": extirpar de uma pessoa a "doença" de ter o desejo sexual orientado para o mesmo sexo. Isso agride o conhecimento científico, que rege a Psicologia e a Medicina, desde que se convencionou, internacionalmente, (e a Organização Mundial de Saúde assim o reconhece) que a orientação homossexual não constitui uma doença. Processos semelhantes já ocorreram ao longo dos tempos. O mais recente e notório foi quando se passou a aceitar que 10% da população nascem canhotos, nasceram e nascerão, como manifestação da genética, sem que isso seja mais considerado um vício comportamental a ser extirpado mediante castigos ou a imobilização da mão esquerda. Ao mesmo tempo, se a orientação homossexual for vista por religiões como uma forma de possessão demoníaca, e seus devotos quiserem se submeter a exorcismos por essas religiões oferecidos, já não é problema nosso. É uma questão de fé, e as questões de fé fogem completamente ao debate científico. Nelas a Ciência não se mete, e não deve se meter. Portanto, não será procedimento feito por quem se comprometeu com as referências científicas que balizam a prática médica ou psicológica. Não será feito num consultório, por um psicólogo ou por um médico, e, sim, por um religioso, onde ele achar melhor praticá-lo.

O projeto causou muita polêmica na opinião pública, pois cura pressupõe que haja doença. Você acha que a orientação sexual do indivíduo, seja ela qual for, pode ser considerada uma doença? É possível traçar um paralelo entre o projeto e a escala Kinsey?



Daudt – As doenças psíquicas, mesmo quando a genética pesa mais, têm sempre uma vasta contribuição da forma que a pessoa é recebida e criada pelo mundo (pais, biológicos ou não, orfanatos, escolas, governos, ambientes, o conjunto daquilo que chamamos "cultura", o meio em que a criança é cultivada). É só pensar na escola e na maneira cruel como as pequenas diferenças são tratadas (o bullying sempre tem o diferente como alvo), e lembrar dos apelidos que recebem (Quatro-olhos; Rolha-de-poço; Baleia; Cabeção; Pelé; CDF; Tampinha e, finalmente, Mariquinhas, ou "Mulherzinha") para entender que o menino efeminado terá um mundo hostil pela frente. Que costuma começar em casa, quando o pai, decepcionado por não ter um filho viril, muscular, esportista, lutador, passa a discriminar e comparar com os irmãos aquele diferente. Pediram-me para traçar um perfil de um personagem de novela que é a "bicha-má" estereotipada, que se ressente de o pai preferir sempre a irmã, por mais que ele se esforce por agradá-lo. E eu pude imaginar que essa discriminação vinha da infância. Tudo isso para dizer que, quem pensa que ser gay é uma "opção", desconsidera a vida dura que a imensa maioria deles tem. Que se lhes houvesse sido dada a escolha, certamente não seria essa vida que levariam. Que o mundo lhes é hostil desde pequenos, e que essa hostilidade não

sumirá com a idade. Resulta que, como as doenças psíquicas são mecanismos de defesa exagerados, qualquer um que se viu na contingência de ter muito que se defender do mundo, tenderá a ter mais doenças psíquicas. Mas não significa que sua condição de base é, em si, uma doença. Negros, no sul dos Estados Unidos. Judeus, na Alemanha nazista. Soldados em guerra (preocupam os índices de suicídio entre os soldados norte-americanos atualmente no exterior). Todos são e foram grupos nos quais a depressão e a submissão (ambos são mecanismos de defesa) fizeram a festa. No entanto, nem nos passa pela cabeça que ser negro, ser judeu ou ser soldado possa ser considerado como doença psíquica. Mas sua pergunta contém uma complexidade a ser contemplada: os tipos intermediários (do tipo 1 ao tipo 5) podem ter uma margem de "conversão". Se um tipo 1 decide, durante um período de sua vida, ter experiências homossexuais, pode bem resolver que já deu por visto esta fase, e que não quer mais encrenca com a sociedade, prosseguindo sua vida hetero, deixando o eventual desejo homo na prateleira. Assim, também um tipo 4 pode passar a vida casado e cuidando da família, mas depois da crise da meia-idade (quando se contempla que você passou metade da sua vida fazendo o que esperavam que fizesse, e resolve dizer, "de agora em diante o resto é meu") querer se dedicar ao desejo complicado que esperava sua vez. Imaginar que um tipo zero ou um tipo 6 possam passar por essa "conversão", quando o desejo oposto ao deles não lhes é nem um assunto, é contrariar Schopenhauer, que dizia que um homem pode fazer o que quer, mas não pode escolher o que vai desejar. De fato, o "livre arbítrio" não é livre ao ponto de que eu acorde amanhã e diga, "hoje vou me apaixonar por um rinoceronte".

Em função dessa análise, você sepulta, definitivamente, a antiga afirmação de que a homossexualidade é uma opção?

Daudt – Pergunto aqui: quem escolheria uma vida de deboches e perseguições, sofrimentos e desilusões? Quem, por gosto, se confinaria em guetos, com uma mobilidade social reduzida? Se não fosse empurrado e coagido a tal por uma força maior do que ela, pessoa alguma faria tal idiotice. É como "a bolsa ou a vida" dos assaltantes, que, assim como qualquer coação, não oferece propriamente uma escolha. É como a hipocrisia de chamar os pagadores de impostos de "contribuintes". Ora, contribuição é uma ação de vontade, e eu pago muito imposto, e muito contra a vontade, pelo mau uso que fazem do nosso dinheiro. Considero a "cura gay" como um sintoma de doença política, que acontece quando as correlações de poderes dentro da sociedade (significado de "política") se pervertem numa relação de domínio-submissão, que é uma das faces do sadomasoquismo.

Você já declarou, em artigos, que "nascer com algo de gay, tudo indica que venha de berço, hereditário ou da gestação". Poderia explicar essas versões para o fato de uma pessoa ter uma orientação sexual diferente da convencional?

Daudt – Preferiria dizer "diferente da majoritária", já que estamos falando de uma minoria. E uma minoria histórica, já que os tipo 6 masculinos são 5/6% da população, e os tipo 6 femininos, a metade disso (2,5/ 3%). Esse número, estável pelos tempos e pelas culturas, é um dos indicadores (assim como os 10% de canhotos) de que estamos diante que uma origem genética. Outra coisa gritante é que meninos de dois anos, mesmo não criados entre tias e irmãs, se comportem como meninas na escolha de brinquedos (pode encher o quarto da criança de guerreiros e bolas de futebol, não adianta), nas brincadeiras de casinha, na pouca muscularidade, na prolixidade, no comportamento junto a homens adultos. Ninguém os ensinou a ser assim. Encha o quarto de um menino nascido hetero de babados e bonecas, criado por tias, e ele inventará um jeito de subir numa árvore, e de correr atrás de uma bola. Gêmeos idênticos têm um índice de orientação homossexual idêntica de mais de 60%, enquanto gêmeos fraternos (com DNA diferente) partilham a orientação homossexual em menos de 10%. Há quem veja nisto um argumento para contradizer a genética, pois creem que identidade de genoma é identidade em tudo. Basta ver gêmeos idênticos para se perceber que eles não são tão idênticos assim. É incompreendido o fato de que o DNA de uma pessoa não é o mesmo que o projeto de uma linha de montagem, que produzirá peças sempre idênticas. É mais como uma receita de bolo: incidentes de preparação podem produzir, a partir da mesma receita, bolos diferentes.

Disponível em: http://revistaladoa.com.br/2017/10/noticias/rir-para-nao-chorar-melhores-charges-sobre-cura-gay. Acesso em 09 Fev. 2018.

É possível um homossexual se convencer que sua condição é uma doença e desejar ser "curado"?

Daudt – Perfeitamente possível. A fé é a adesão e a entrega amorosa ao absurdo e ao ilógico, venha ela das religiões formais, venha ela da mais forte das religiões informais e invisíveis, que é o senso comum. Entre os católicos, há o convencimento da transmutação de farinha de trigo cozida e de suco de uva fermentado, por meio das palavras do sacerdote, em carne e sangue verdadeiros de Jesus Cristo. Entre os adeptos do senso comum (que nem se sabem assim), há a convicção de que as mães são sagradas, que seu amor pelos filhos é perfeito, e qualquer pensamento contrário a isso é uma blasfêmia a ser punida. Seja pela religião formal, seja pelo senso comum, uma pessoa pode estar plenamente convencida de que os diferentes são doentes a serem curados. Ora, na falecida União Soviética, a

dissidência política não era vista como motivo de internação em instituições psiquiátricas? Durante a história, não foi discutida a qualidade de ser humano de indígenas, de negros e de judeus? Não se subestima a força de convencimento do senso comum, ela é enorme. Assim como é enorme a tendência humana a delegar a alguém mais a tarefa de pensar e de agir e, depois, segui-lo com fanatismo.

O papel da Psicanálise é importante para ajudar os homossexuais com dificuldades de aceitação de sua própria orientação sexual e, também, com os problemas psicológicos, como depressão, derivados do preconceito e das pressões sociais?

Daudt – Se a Psicanálise contemplar o que Kinsey descreveu e ajudar o paciente a avaliar o peso que o desejo homoerótico tem em sua vida; se a Psicanálise souber distinguir as perturbações edípicas e as neuroses ou/e perversões delas decorrentes (e não decorrentes da orientação sexual em si), e tratarem do paciente sem querer enquadrá-lo num ideal absurdo de "normalidade psíquica"; se contemplar suas inserções únicas na cultura, aí, sim, ela terá sido de imensa ajuda à inteireza do indivíduo que a procurou.

LUCAS VASQUES é jornalista e escreve para esta publicação. **Revista PSIQUE, Fevereiro de 2018.**

A direita ainda mais à direita (WILSON GOMES)

Jair Bolsonaro: é na direita que o político causa maior dano (Marcelo Camargo/Agência Brasil/Arte Revista CULT)

SIM, sei que é quase fim de semana e que você merece uma cerveja esparramado no sofá ou um tempo em paz para dar um tapa no visual e ir à luta no mercado de amor & sexo; que hoje é sexta-feira e não tá fácil para ninguém. Mas deixe eu só dizer uma coisinha para você matutar, porque a gente quer prazer, diversão e arte, mas também não perde o vício de pensar.

Seguinte: se Bolsonaro é um espinho na carne da esquerda e do centro, não pense que o estrago que ele causa na direita é menor. Antes, é na direita que ele está causando o maior dano. Claro, se você é da esquerdinha 2G, convencional e antiguinha, que acha que a partir do centro todas as vacas são pardas, não importa se o sujeito apenas defende realismo fiscal e é da direita republicana ou um nazista que na falta de judeus aceitaria mandar petistas para o campo de concentração; se você é esse tipo de pessoa, o que vou dizer não fará o menor sentido. Mas se você crê na possibilidade de uma direita republicana, civilizada e inteligente, que se diferencia da esquerda moderada apenas por suas ênfases em liberdades econômicas, desoneração da produção e desapreço por intervenções do Estado usando a carteira das pessoas, então eu acho que vai entender o quanto eles devem estar assustados com a direita bolsonarista.

No meu monitoramento permanente de mídias digitais, para ver se entendo alguma coisa do que se passa no redemoinho político em que nos encontramos, caiu-me ao colo esta síntese muito reveladora: "Bolsonaro representa os protestos da sociedade a tudo o que está acontecendo: minorias se achando, PM vale menos que bandidos, ideologias com metas promíscuas, família e tradição sendo destruídas, OSPB, Educação Moral e Cívica fora das escolas, Direitos Humanos muito além dos itens da ONU". É isso: o bolsonarismo é antes de tudo um reacionarismo, uma reação militante e revoltada contra o que se consideram perturbações introduzidas por intelectuais ou artistas, liberais ou de esquerda. O bolsonarista é um reacionário zangado, que despreza a política e os políticos, e que, na falta de maior elaboração, atribui ao partido que foi hegemônico nos últimos 15 anos a razão do seu mal-estar social, econômico, existencial e moral. Principalmente moral.

Do ponto de vista eleitoral e estritamente ligado ao jogo político, por outro lado, Bolsonaro está para a direita alfabetizada e com fumos liberais como o Tea Party esteve para o establishment republicano americano, como um fungo que a consome por dentro. A nova direita bolsonarista, tosca, bruta e iliberal é aquilo que Reinaldo Azevedo, que sabe dessas coisas, chamou de "direita caricatural", que parece ter sido projetada de propósito para desmoralizar a direita que se acredita, com ou sem razão, sofisticada e avançada.

Seria o mesmo se o PCO ou o PSTU de repente conseguisse 20% das intenções de voto e começasse a comer o eleitorado do PT e do PSOL a partir da extrema esquerda, usando para tanto um discurso populista mezzo ainda-democrático mezzo já-fascista. Imaginaram? O que aconteceria? Parece evidente que, antes de tudo, o establishment da esquerda se enfraqueceria eleitoralmente, porque teria uma parte dos seus suprimentos tradicionais de voto drenado para a posição mais extrema e ainda teria que escolher entre concentrar-se em concorrer com a nova força radical, que com ela disputa na mesma faixa, ou com o adversário tradicional "do outro lado". E do ponto de vista das disputas pelos imaginários e pelas narrativas políticas predominantes durante a campanha, pois se trata principalmente disto na comunicação política eleitoral, seria inevitavelmente pautada pelos radicais que estão na sua mesma raia e cujo bafo já sente no cangote.

A nova direita está enlouquecendo o DEM e, sobretudo, o PSDB. Em 2015, os arquitetos do impeachment devem ter imaginado o cenário eleitoral de 2018 como uma disputa entre Aécio, o favorito, Alckmin, Dória talvez, e um candidato do PMDB. A realidade eleitoral, contudo, lhes meteu nos peitos um Lula e um Bolsonaro. E se não derem um jeito de tirar os dois da disputa nos próximos seis meses, a viola vai para o saco e adeus ao projeto "Era FHC 2". Eis, então, Alckmin e FHC fazendo discursos de birutas de aeroporto, a depender de para onde sopram os ventos circunstanciais, às vezes numa direção (antipetista), às vezes noutra (antibolsonarista), tentando uma composição improvável de agendas. Pesquisa Data Folha recente, como o demonstrou o cientista político Fábio Vasconcellos, diz que o maior desaguadouro dos votos de Aécio 2014 tende a ser Bolsonaro 2018. Os votos que foram para Aécio em 2014 simplesmente teimam em não ir para Alckmin 2018. E a não ser que desapareça a possibilidade de uma candidatura forte à esquerda, Alckmin ou Dória terão que disputar votos (e imaginários) com Bolsonaro para sobreviver ao primeiro turno. Votos e agenda.

Mas com a densidade do ódio antipetista de São Paulo e da Grandíssima São Paulo (que a este ponto deve estar chegando em Santa Catarina) isso será um equilíbrio difícil: se derem aos antipetistas o que estes querem, quem ganhará votos no final do dia será Bolsonaro, pois o bolsonarista quer sangue e tripas, e não esse antipetismo higiênico de Higienópolis (desculpem o trocadilho); se resolverem contemporizar (viram FHC, que queria Lula preso um dia e depois disse que não era bem assim?), serão reduzidos a disputar o centro, deixando a direita livre para a invasão dos bárbaros bolsonaristas. E o centro, meus caros, por força da extrema polarização política neste momento, infelizmente é um lugar deserto.

O que farão, então? Começarão a usar o discurso bolsonaristas só para mostrar que a direita liberal também consegue detestar com sinceridade Direitos Humanos, odiar com paixão sexo, comunistas e artistas, e achar que coturnos são, a olhar bem, um calçado tão sexy? Mas como conciliar isso com as agendas tradicionais do centro e da direita liberais, a cifra do economês, o tesão por privatização e o assanhamento com a globalização? Deixarão de falar de economia, política industrial, contas públicas e austeridade governamental para falar de castração química de estupradores, homens de bem armados contra a bandidagem ou de como desviar dinheiro público para "comer gente" é tão mais elevado do que roubá-lo, alternando entre o jargão do punitivismo social furioso e vocabulário de macho clássico? Com o bolsonarismo, acreditem, a direita liberal está literalmente acuada. E sendo empurrada ainda mais para a direita.

WILSON GOMES é Mestre e Doutor em Filosofia (Universitas a Scte. Thomae, Roma) e graduado em Teologia (Universitas Gregoriana, Roma), além de professor de Teoria da Comunicação na Universidade Federal da Bahia, pesquisador e orientador no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da mesma universidade. **Revista CULT, Janeiro de 2018.**

Depois de Lula, o lulismo (WILSON GOMES)

Ato em apoio a Lula na Esquina Democrática, em Porto Alegre (Foto: Ricardo Stuckert/Divulgação)

No último fim de semana antes do impeachment de Dilma, ninguém foi às ruas defendê-la ou protestar contra o desfecho do drama político que se anunciava, inexorável. O assassinato político da presidente aconteceu no Senado, mas as ruas, tão supervalorizadas pela esquerda, ou se fizeram presentes apenas para garrotear a presidente já sem fôlego, nos meses precedentes, ou aceitaram em cúmplice silêncio o ritual que pôs fim à sua agonia. No final do ato, por suprema ironia, vimos Cássio Cunha Lima, adaga à mão, declamar que fazia o que fazia atendo ao apelo do povão. Ato contínuo, apontava para a galeria, na direção de Kim Kataguiri, o chefe de uma startup digital de ódio político recém-incubada justamente para representar uma metonímia do "povo brasileiro" na luta para tomar do PT o governo que este acabara de ganhar pelo voto popular.

Como em 1964, quando a tempestade parecia inevitável, foram criadas enormes expectativas de "o povo nas ruas" para defender o "governo dos pobres" ou, pelo menos, a própria soberania, a exclusividade da prerrogativa de escolher quem governa e qual plano de governo seria implementado. Mas, de novo, ninguém veio. O povo ficou na TV, assistindo ao espetáculo, o STF limitou-se ao papel de mestre de cerimônias e diretor da liturgia, de modo que o único protagonista em cena foi o sistema político.

Lula, porém, não é Dilma e o lulismo é maior e mais compacto que o petismo. A este ponto, Lula já foi condenado por quatro juízes, em duas instâncias do Judiciário, e não parece nem um pouco menor ou mais sozinho. Ao contrário, a sensação que temos é que entre a sentença de Moro e a decisão do TRF4, a massa acordou e todo o sistema entrou em ebulição. As ruas, as físicas e as digitais, passaram a ser ocupadas e disputadas com energia redobrada.

O dia 24 de janeiro de 2018 é, neste sentido, um marco. Perguntaram-me o dia todo se eu estava assistindo à leitura dos votos dos desembargadores que julgavam o recurso de Lula e as pessoas ficavam chocadas quando eu dizia que não, que seria como assistir à reprise de um jogo cujo resultado eu já sabia e que, além disso, não iria ter nem um lance imprevisível ou memorável. O que de fato se comprovou. Eu é que fiquei chocado quando vi tanta gente nas ruas e nos ambientes digitais, mobilizados, ativos, em sentinela. Por que nos meses precedentes ao impeachment de Dilma, quando o jogo ainda estava sendo jogado e a pressão popular poderia cumprir um papel importante, as ruas ficaram desertas, enquanto agora, quando manifestações e mobilizações não têm mais a menor possibilidade de influenciar decisões do Judiciário, as multidões estão novamente acesas?

Bem, embora houvesse, por parte de muitos, expectativas reais de alguma surpresa no julgamento de ontem, não creio que as pessoas esperassem realmente influenciar o Judiciário. Aliás, acho que na esquerda, a este ponto, a

sensação dominante é que o Judiciário já está fora de alcance da imparcialidade, operando sem peias na roleta política, enfim, é um caso perdido. Toda manifestação política é um ato de comunicação, resta saber a quem se endereçava a mensagem de exibição de força e densidade, uma vez que se dirigia aos atores que tomavam a decisão naquele momento.

A resposta mais óbvia é que o lulismo quer mostrar força sobretudo ao antipetismo. Está rugindo e mostrando os dentes para mostrar que não é cachorro morto. Está avisando aos adversários que está encurralado, mas ainda é, curiosamente, a principal força eleitoral deste país. Que está compacto ao redor de Lula. E, de certo modo, tem razão: não é à toa que mesmo sendo Lula um candidato cada vez mais improvável, ele continua liderando a corrida eleitoral, enquanto que o seu adversário mais próximo não passa de um poste do antilulismo. O que quer dizer que, a dez meses das eleições presidenciais, ao redor do lulismo (Lula e o antilulismo) gravitam mais de 50% das intenções de voto e o resto é fragmentação.

O lulismo faz exibição de força e mobilização ao redor de Lula e por causa de Lula. Afinal, bastou Lula sair do semiostracismo de 2014, e ir à rua e à cena para fornecer sonoras e citações e, sobretudo, para disputar a interpretação dos fatos políticos – em vez de morrer calado e encurralado-, para inflamar a massa. A dúvida é se o lulismo, a este ponto, já não é maior que Lula.

A minha hipótese é que Lula preso, ou submetido a qualquer possibilidade mais trágica, mostrará que o lulismo sobrevive sem o seu corpo e os seus discursos. Que, ao contrário do que pensam os seus detratores, as condenações de Lula da Silva a este ponto não têm mais a menor possibilidade de atingir e desconstruir Lula, o mito. Que, ao contrário, cada nova condenação, cada nova dancinha da vitória, cada novo meme da direita dizendo que "o molusco" é cachaceiro, corrupto e analfabeto, tudo isso será assimilado na narrativa do conluio das forças do mal contra Lula, o Guerreiro do Povo. E a reforçará. Assim como cada pedido de arquivamento de inquérito contra Serra, cada recusa do Congresso de que Temer ou Aécio sejam processados, cada decisão do ministro Gilmar Mendes em favor deste ou contra aquele, cada PowerPoint da Lava-Jato, cada post antipetista de membros do MP ou da PF reforçará a narrativa da seletividade política do Judiciário, do Ministério Público e da Polícia Federal contra Lula.

A este ponto, e paradoxalmente, o antipetismo passou a alimentar e a reforçar o lulismo. Se, enfim, para coroar, Lula for impedido de concorrer a próxima eleição e de correr o risco de ser derrotado nas urnas, como parece o cenário mais provável, estará definitivamente lançada a semente da narrativa da sua invencibilidade eleitoral e popular. E de que só um grande conluio de interesses poderosos, violando todas os princípios que respeitam a soberania popular, foi capaz de tirá-lo do jogo.

WILSON GOMES é Mestre e Doutor em Filosofia (Universitas a Scte. Thomae, Roma) e graduado em Teologia (Universitas Gregoriana, Roma), além de professor de Teoria da Comunicação na Universidade Federal da Bahia, pesquisador e orientador no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da mesma universidade. **Revista CULT, Janeiro de 2018.**

Agravantes e atenuantes da imbecilidade (FRANCISCO DAUDT)

Minha questão aqui é que a ninguém a imbecilidade é alheia, não há quem esteja imune a ela

"Os imbecis perderam a modéstia"; "Os idiotas vão dominar o mundo; não pela capacidade, mas pela quantidade. Eles são muitos." As famosas frases de Nelson Rodrigues constatam uma triste realidade da espécie. Não à toa o primeiro-ministro britânico Winston Churchilldisse que a democracia era o pior dos regimes (com exceção de todos os outros). Queixar-se da imbecilidade humana, porém, é como queixar-se da chuva: é um dado da natureza e não há nada a fazer, exceto proteger-se dela.

Minha questão aqui é que a ninguém a imbecilidade é alheia, não há quem esteja imune a ela; todo Einstein tem seu momento de Eremildo, o personagem idiota do colunista da **Folha** Elio Gaspari. O que quero comentar são os fatores que agravam a imbecilidade, e os que a atenuam, para que todos nós possamos lidar melhor com ela. Você pensará que lidar melhor com ela visa apenas atenuá-la, mas não; eu acredito que há muita gente mal-intencionada querendo aumentá-la. Se não, como explicar o descalabro da educação pública? Afinal, a educação é o pilar da busca da igualdade de oportunidades; é o que transformou a Coreia do Sul em potência econômica em poucas décadas. Em nossa terra, todavia, é entregue às baratas.

Deve haver muito político temendo um povo esclarecido, preferindo pobres mendigando por uma bolsa-esmola a troco de votos A chave psicológica do aumento/diminuição da imbecilidade está na capacidade humana de reflexão/reação. Se somos induzidos à reatividade, nossa burrice aumenta. Se temos espaço para a reflexão, cresce nossa inteligência. É verdade que nossa espécie não teve muito estímulo para a reflexão em suas origens: imagine um ancestral nosso na savana africana vendo um bando de amigos em correria. Se ele parasse para refletir sobre o pânico público, provavelmente teria sido devorado por um predador, não deixando descendentes.

Luciano Rocha Professor

Nelson Rodrigues durante gravação no Museu da Imagem e do Som, em 1967. O escritor, dramaturgo e jornalista Nelson Rodrigues, que completaria 100 anos em 23 de agosto Leticia Moreira/ Folhapress

A reatividade de sair correndo junto aos amigos salvou sua vida. A filosofia teve mais chance de existir quando o grego clássico pôde tranquilamente conversar e refletir com seus pares na Ágora. Eis que nesse cenário acima está o que determina a reatividade e o que possibilita a reflexão: sentir-se ou não ameaçado; precisar ou não se defender. De fato, todos os mecanismos de defesa psíquicos são emburrecedores.

Tomemos apenas a negação como exemplo: todos nós estamos fadados a morrer. A morte e os impostos são as duas únicas certezas da vida. Agora considere a quantidade de energia que a humanidade investe na negação da morte. Considere o aluguel mental que isso traz, todas as derivações dessa negação (Galileu e a rejeição ao heliocentrismo, por exemplo), e você terá uma pálida ideia da influência emburrecedora dos mecanismos de defesa.

Para um exemplo mais recente, considere os nossos debates políticos. Há espaço para reflexão neles? Todos se ocupam de atacar o oponente por meio dos piores adjetivos, pois sabemos que a melhor defesa é o ataque. Claro, todos estão sob a ameaça dos rótulos horríveis que cada parte lhes lança. Assim, só fazem reagir. É a imbecilidade desfilando em toda sua glória.

Algo em âmbito mais próximo? Pense nas DRs (discussões de relação). A ameaça de rompimento, de desamparo, de perda de amor está tão presente que a reatividade defensiva impera é por isso que não se vai muito longe nelas Se elas começassem com uma declaração apaziguadora (eu te amo e quero me entender bem com você), as chances de reflexão seriam maiores.

Todas as doenças psíquicas neuroses, psicoses, perversões, depressão, psicopatia derivam de estarmos aprisionados a mecanismos de defesa contra as ameaças do mundo (i.e., do superego), e sabemos como elas nos reduzem a capacidade de raciocinar. Eis porque adoro a conversa calma e amigável; o ambiente que acolhe e não acusa; a amizade que não pressupõe malícia da outra parte; a autoridade do saber, e não a de mando; a democracia parlamentar, e não a tirania.

FRANCISCO DAUDT, psicanalista e médico, é autor de Onde Foi Que Eu Acertei?, entre outros livros. Foi colunista da Folha de 2011 a 2017. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2018**.

Três mulheres em uma operária (DANILO THOMAZ)

QUANDO o cinema mudo já havia perdido a batalha para o cinema falado, Norma Desmond (Gloria Swanson), a protagonista de Billy Wilder que simbolizava a decadência dos filmes mudos, disse a Joe Gillis (William Holden), que as atrizes já não sabiam atuar. Para ela, a geração dos filmes falados, ao contrário da sua, não era capaz de se expressar com o rosto. "Talvez uma: Garbo." Se estivesse viva, a atriz-personagem de Billy Wilder em Sunset Boulevard (1950), poderia acrescentar outra atriz em sua lista: Magali Biff, uma brasileira que fez sua carreira ao longo de 30 anos no teatro experimental de São Paulo e estreou como protagonista nos cinemas em 2018 no filme Pela janela.

Aos 65 anos, Magali aparenta menos idade. Tem os cabelos curtos, lisos e castanhos, queixo proeminente, boca fina e olhos grandes – que lembram os de Bette Davis, que concorreu com Swanson pelo Oscar de melhor atriz em 1951. De camisa rosa e calça jeans, sentada à mesa do café do Cine Sala Sabesp, Magali exultou diante da comparação – feita com receio por parte deste repórter. "Elas eram maravilhosas!" Como é, também, sua atuação no longa-metragem dirigido por Carolina Leone.

A atriz Magali Biff em cena do filme 'Pela janela', de Caroline Leone (Dezenove e som/Divulgação)

Enquanto no antigo cinema mudo as atrizes elevavam a expressão dramática ao limite, Magali vale-se de uma suave discrição para compor a jornada de sua heroína, Rosália, uma operária de 65 anos que, ao ser demitida, vê-se sem rumo. Preocupado com o estado emocional da irmã, Zé (Cacá Amaral), motorista, a leva consigo para uma curta viagem de carro para Buenos Aires. Nela, o despertar para o mundo da operária e dona de casa é construído em gestos e expressões simples, quase triviais, que permitem ao público conhecer o estado emocional e as transformações pelas quais passa a personagem. Como no poema da polonesa Wislawa Szymborska: "A verdade toca no fundo (…) e o suave vem à tona."

A composição de Rosália é a integração da realidade e da arte na jornada de Magali. Nascida em uma família classe média – "média mesmo", frisa – no bairro da Mooca, em São Paulo, Magali encontrou em sua mãe, dona de casa, algumas das referências para a criação de sua personagem. Como Rosália, a mãe de Magali levava uma vida resumida ao pequeno mundo que é (pode ser) uma casa de família para uma mulher que se dedica apenas a ela. Discreta, conformada, sua mãe ouvia rádio e lavava as roupas na mão, esfregando sabão em pedra sobre o tanque. "Eu tenho muito da Rosália também", diz a atriz, de supetão, interrompendo a si mesma.

E o que poderia haver em comum entre uma operária e uma atriz formada pela Escola de Arte Dramática da USP no início dos anos 1980, que trabalhou com diretores como José Celso Martinez Correa, Geral Thomas e Filipe Hirsch? Como Rosália, Magali nunca foi casada. Não teve filhos. Não deixará "a ninguém o legado de nossa miséria." Não bebe, não fuma. Só celebra com os amigos do palco na estreia e no encerramento de cada espetáculo. Vive para seu trabalho. É quieta, discreta e introspectiva. Passa a maior parte do tempo em casa, onde escuta música, navega pela internet e lê. "Gosto muito da Alice Munro", conta.

A escritora canadense – também ela uma dona de casa dedicada à família – ganhou o prêmio Nobel em 2013 por sua contribuição à uma arte na qual poucos autores atingiram a genialidade: o conto. Nos livros que publicou, mulheres comuns, de universo restrito, têm a vida pacata transformada por um revés – trágico e preciso – que as marcará para sempre. Na obra de Munro não há esperança – quando muito resignação: a ordem da vida, depois da tragédia, jamais se recompõe no patamar de antes. "Rosália poderia ser uma personagem da Munro", digo a Magali, pelo fato de sua operária ser uma vida mulher comum que sofre um revés do destino. A atriz reflete. E concorda – mas coloca um porém: a classe social de sua personagem. As heroínas de Munro, lembra, costumam ser de classe média.

Magali Biff em cena do filme 'Pela janela', com direção de Caroline Leone (Dezenove e som/Divulgação)

As comparações entre Magali e Rosália – e entre Rosália e o universo de Munro – param por aí. Ao contrário da personagem, a atriz é pouco afeita à banalidade da vida. Quando está sem criar é como se estivesse sem viver – ou sem uma razão para viver. Como Clarice Lispector confessou, nesses hiatos da criação "a vida fica insuportável".

Para compor a personagem, a atriz uniu a experiência material com a imaginação, em conversas e ensaios junto da diretora do filme. Trabalhou como operária em uma pequena fábrica em São Paulo, exercendo as mesmas funções de sua personagem, e criou a partir de referências e dados da diretora – não presentes (de maneira visível) na tela.

Instigada por Carolina a compor a primeira vez da personagem, Magali teve uma surpresa. Para ela, a operária que viveu a vida toda com a mãe e cuidou dela até a morte, era virgem. Mas não. Magali descobriu que não. Rosália teve uma única experiência sexual, com o único homem com quem se envolveu. "Um homem que a levou para conhecer a mãe." Pergunto qual o destino desse amor que partiu, lembrando-me novamente das rupturas do universo de Munro. "Esse homem mudou. Nasceu em outro estado. Foi uma única vez." Assim como a viagem de Rosália.

DANILO THOMAZ é Jornalista e escreve para esta publicação. **Revista CULT, Fevereiro de 2018.**

Sobre a lógica do discurso de ódio, os robôs e o roubo (MÁRCIA TIBURI)

(Arte Revista CULT)

DEPOIS do evento em que me recusei a participar de um programa de rádio no qual, sem me avisar, convidaram um conhecido defensor do vazio do pensamento para falar, grupos de extrema direita têm se esforçado para atacar a minha imagem, recortando e editando entrevistas, vídeos e textos que circulam na internet. Não me espanta esse tipo de produção, que não é nenhuma novidade para ninguém. Todo cidadão que se expõe ou é exposto na internet, nas mídias, está sujeito a isso. Qualquer um que se expresse está sujeito a causar reações. Reações de ódio são, aliás, comuns diante da incapacidade de compreender a diferença ou da impotência frente a discursos e práticas que rompam a uniformidade gerada por manifestações rasas e pensamentos estereotipados. Em contextos democráticos essas reações significam algo diferente do que querem dizer em contextos autoritários, como é o que estamos vivendo nesse momento. Não entendemos o que é dito sem prestar atenção nos contextos e interesses com que são ditos.

Meus perfis em redes sociais foram invadidos mais uma vez por alguns manifestantes que praticam esse conhecido discurso de ódio, tão fácil de usar em nossa época, tão capitalizado, tão na moda. Nas redes sociais há também robôs a ocupar o espaço reservado aos comentários. Tenho bloqueado esses perfis falsos porque, além de tudo, não são humanos. Discursam como pessoas concretas. Emulam, recortam e colam frases de efeito como pessoas, mas não são pessoas. Não precisamos deixá-los em "ação" em nome de democracia alguma. Somos coniventes com esse jogo quando fazemos isso. Esses robôs são a prova de que há grupos econômicos e pessoas que querem apenas proliferar discursos vazios, ilusões e mentiras. Não sou a primeira vítima disso e não serei a última. É preciso frear esse gesto desumano perpetrado por pessoas e empresas voltadas à enganação e à mistificação, bem como à manipulação da imagem. Precisamos conversar mais sobre isso, pois podemos encontrar soluções em conjunto e novos caminhos a seguir na produção do espaço democrático, o que implica retirar da cena as armas antidemocráticas que se apresentam disfarçadas de "liberdade de expressão". Não há liberdade de expressão em ações que pregam contra a dignidade humana e os demais direitos fundamentais.

Penso nas manifestações não-humanas, no uso dessa tecnologia de manifestação nada espontânea, totalmente programada. E penso que meu modesto lugar de professora de filosofia – bem como o lugar de todos os críticos do Estado Pós-Democrático e do capitalismo neoliberal, do machismo e do racismo -, esteja incomodando a ponto de precisarem recortar, editar e deturpar o que estou dizendo. Sinto pena também daqueles que não percebem que trabalham de graça para pessoas e grupos que acabam lucrando com as manifestações de ódio e as manipulações na rede.

Me lembro de outros momentos em que fui vítima de ódio. Minha relação com a televisão também rendeu muitas manifestações ao longo da vida. Não só de ódio, é verdade. Eu aprendi em meio a isso tudo que os afetos das pessoas são contagiosos e que, analisados quanto ao lugar de cada um, pertencem evidentemente a quem o emite, ainda que venha tocar o outro. Mas como eu não me sinto responsável por quem cativo nem pelo amor, nem pelo ódio alheio voltado à minha pessoa, sigo refletindo sobre os motivos e as condições históricas e sociais nas quais esse tipo de acontecimento emocional se concretiza na linguagem institucional ou cotidiana. Certamente aceito o amor de bom grado. O ódio, no entanto, continua merecendo análise, seja na forma de homofobia, misoginia, intolerância religiosa ou política, repulsa à intelectualidade e coisas do tipo. Perguntar por que amo isso ou aquilo e por que odeio nos ajudará a nos tornarmos seres humanos mais lúcidos.

Desde que escrevi Como conversar com um fascista – Reflexões sobre o cotidiano autoritário brasileiro (Record, 2015), as manifestações de ódio em relação a mim e ao meu livro não cessam. Há, no entanto, manifestações de amor. O livro parece ter se tornado um escudo para quem tem ironia, para quem sofre sob a fascistização dos meios de comunicação e das falas particulares, para quem vive em contato com pessoas cheias de preconceito ou tem familiares que em tudo demonstram sua personalidade autoritária.

No entanto, comprovei também, por meio da publicação do meu livro, que a ironia como uma figura de linguagem está em baixa. Diante disso, resolvi analisar a questão em Ridículo político (Record, 2017), uma investigação sobre o risível, a manipulação da imagem e o esteticamente correto. Infelizmente, muitos não leram os livros e não compreenderam sequer seus títulos (há pessoas que usam ambos erroneamente). Uns porque não podem, outros porque não querem, outros porque se comprazem ou têm outros motivos torpes para distorcer o que está escrito ali. Após escrever esses dois livros fui xingada muitas vezes de "fascista" e de "ridícula", mas suspeito que quem me chame assim não tenha lido nenhum dos dois ou não compreenda as definições que usa. Há capítulos nesses livros que tratam desses temas, inclusive o da distorção como estratégia de manutenção da lógica autoritária. Eu pensei que, ao escrever sobre isso, poderia ajudar a pensar no que as pessoas realmente querem dizer.

Os livros realmente são mais longos, são mais complexos, exigem o desafio da leitura e nem todos estão disponíveis para isso pelos mais diversos motivos, desde motivos honestos, que vão do desinteresse à falta de tempo, até motivos desonestos, como a má fé e a vontade de distorcer.

No dia seguinte à transformação em espetáculo da simples recusa de legitimar um interlocutor famoso por posturas misóginas e frases feitas, na Rádio Guaíba de Porto Alegre, passei a receber novos xingamentos. Haters profissionais (ou inocentes úteis explorados sem saber) foram procurar algo de domínio público na internet, tal como uma entrevista ou um texto para causar efeitos de imagem. Passei a ser xingada por ter falado, em uma longa entrevista, a respeito de uma certa "lógica do assalto" antes do Golpe de 2016. Editaram, manipularam e descontextualizaram parte de uma fala complexa para iludir pessoas que foram levadas a perder o senso crítico. Manipulações e mentiras que vão ao encontro dos preconceitos e medos de parcela do povo costumam fazer sucesso.

Isso me fez lembrar da época em que me manifestei sobre a pichação no Cristo Redentor há alguns anos. Fui muito xingada. Praticamente só os próprios pichadores me entenderam. As pessoas que eram contra a pichação diziam: vamos pichar a sua casa. Eu, no entanto, nunca disse que queria que as casas das pessoas fossem pichadas. Nem torci para que isso acontecesse. Fiquei pensando: por que quem é contra a pichação é capaz de defendê-la apenas se for em relação a mim? Claro que eu entendi que as pessoas estavam querendo me fazer provar da minha própria lógica, mas não percebiam que não estavam avançando em argumentos que pudessem mostrar a profundidade do fenômeno social e do direito visual à cidade que a pichação suscitava, como coloquei naquela época.

Quando falei da pichação no Cristo Redentor, não perdi de vista meu respeito ao personagem Jesus e aqueles que creem nele religiosamente. Particularmente gosto do personagem Jesus, embora tenha uma profunda crítica ao cristianismo e às igrejas como instituições que administram a fé e usam seu nome. Eu, que pesquiso sobre a pichação, não a vejo como uma manifestação de ódio, ao contrário, vejo nela muito mais um desejo expressão, de ocupar espaço no território visual. Aliás, o que significa defender algo? Significa buscar uma compreensão profunda do fenômeno e ver como estamos implicados nele quando se trata de sustentar uma sociedade de direitos. Por isso, a presunção de inocência, por isso a necessidade social de advogados que defendem pessoas de crimes ou acusações. Quanto à questão da lógica do assalto, do roubo, da violência como um todo, não se trata de fomentá-la, mas de entendê-la e de perceber que ninguém é melhor do que ninguém apenas porque se sente moralmente superior em uma sociedade de injustiças sociais. Uma sociedade de profunda desigualdade geradora de todo tipo de violência.

Certamente já fui roubada, furtada e assaltada como a maior parte das pessoas que conheço, e certamente não gostei disso, mas a questão que eu levantei referia-se ao sentido do capitalismo como um sistema que impõe e administra a desigualdade, colocando um contingente enorme da população em estado de necessidade ou desespero. O capitalismo já é o grande roubo totalmente responsável pelo pequeno roubo. A corrupção é o capitalismo e o capitalismo é a corrupção, para falar de um tipo de "crime" para o qual ainda se tem dois pesos e duas medidas no Brasil. A desigualdade é a nossa questão e ela nos obriga a pensar em equações: se para uns o caminho inevitável é

herdar a empresa da família e seguir com ela (e olhe que nem todo herdeiro burguês gosta desse destino), para outros o caminho oferecido no Brasil tem sido o do crime. Eu não quero simplesmente desresponsabilizar pessoas que praticam crimes com a minha fala, mas o fato de que a sociedade seja injusta para com as pessoas economicamente exploradas, lançadas nas práticas da violência, não pode ser apagado. Há toda uma história e uma tradição de exploração antes de um jovem negro praticar um assalto. Se esse jovem produz uma vítima, também ele é uma vítima da ausência secular de políticas públicas, de parcela da sociedade que já o demonizava antes do crime e, por fim, do estado penal. E pagará por ter nascido.

A questão da pichação já me fez escrever artigos, seja de revistas, seja acadêmicos; me fez apresentar trabalhos em congressos nacionais e internacionais sobre o tema, trabalhos que provavelmente pouca gente leu. De fato, falar como eu falei sempre pode causar impacto. Já os textos não causam, sobretudo os mais especializados da esfera acadêmica, porque praticamente não são lidos, já que pouca gente realmente quer falar mais sério ou ir até as últimas consequências de uma inquietação intelectual e de pesquisa. Quieta no meu canto, eu estaria protegida dos xingamentos naquela ocasião tanto quanto nesta. O que eu disse sobre o roubo se insere na minha reflexão sobre o capitalismo como violência essencial, estrutural, perpetrada contra todas e todos, (inclusive todes, palavra que vem irritando muita gente). A mentalidade neoliberal (seja em que tempo for) não pode gostar de colocações como as minhas e tentará de maneira torpe cancelar a minha fala.

Enquanto o Brasil desaba, exércitos de robôs e pessoas que não têm o que fazer, se ocupam em tentar me ofender, invadem minhas contas bancárias, criam factoides, notícias falsas, fofocas sobre mim e me fazem pensar no que eu mesma estou significando para pessoas nesse momento.

Sigo pensando e buscando compreender o Brasil no qual vivo porque esse é o meu dever histórico. Sempre disponível para a luta democrática e respeitosa, eu me disponho ao diálogo (embora me reserve ao direito de não gastar tempo presenciando monólogos repetitivos, slogans ideológicos etc) e continuarei bloqueando robôs e agentes do discurso de ódio para que a primavera do diálogo possa florir em paz.

MÁRCIA TIBURI é graduada em filosofia e artes e mestre e doutora em filosofia. É professora do programa de pós-graduação em Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Mackenzie, da graduação em Filosofia da Unicamp e colunista da Revista CULT. Publicou diversos livros de filosofia, entre eles "Filosofia Pop" (2011), "Sociedade Fissurada" (2013) e "Como Conversar com um Facista" (2015). Publicou também romances: "O Manto" (2009), "Era meu esse Rosto" (2012). **Revista CULT Janeiro de 2018.**

Os juízes e suas casas (MALU FONTES)

NOS ÚLTIMOS DIAS dias, os juízes brasileiros passaram a figurar nas manchetes. Isso não se deve exatamente às causas que julgam, às sentenças ou às penas anunciadas. As causas saíram um tanto de cena para, agora, dar espaço às casas dos magistrados. Embora pareça um mero trocadilho, não é. As duas maiores estrelas da Operação Lava Jato, os juízes Sérgio Moro e Marcelo Bretas, foram notícia na semana passada não em função das sentenças ou penas de seus réus mais famosos, respectivamente o ex-presidente Lula e o ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral, mas por terem decepcionado um tantinho seus fã-clubes. Ambos pediram auxílio-moradia ao Poder Judiciário, mesmo tendo casa própria.

Marcelo Bretas apareceu primeiro nos jornais. O juiz, hoje uma espécie de super-herói dos cariocas por botar Sérgio Cabral e sua trupe na cadeia, não reagiu exatamente com elegância quando a imprensa anunciou que, mesmo tendo uma casa própria cinematográfica no Rio e sendo casado com uma juíza que já usufrui do auxílio-moradia, reivindicou o benefício na Justiça. Diante da notícia, Bretas, numa espécie de comportamento trumpiano, reagiu com ironia em sua rede social, onde tinha 30 mil seguidores e era um postador assíduo.

Emoji

O argumento do juiz, cuja casa no Rio, com vista para o Pão de Açúcar, é tão sofisticada que já foi objeto de páginas e páginas de uma dessas revistas sofisticadas de arquitetura, design e decoração, foi ironia pura: "pois é, tenho esse 'estranho' hábito. Sempre que penso ter direito a algo, EU VOU À JUSTIÇA e peço. Talvez devesse ficar chorando num canto [emoji de choro de tristeza], ou pegar escondido à força. Mas como tenho medo [emoji de medo] de merecer algum castigo, peço na Justiça o meu direito" (sic). Bretas é casado com uma juíza e juntos somam rendimentos superiores a 58 mil reais, sem o auxílio. Como ela já é beneficiária do auxílio-moradia de pouco mais de R$ 4.300, à renda de ambos é acrescentado esse valor duplicado. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) veda a duplicação do benefício, por isso Bretas ressalta a reivindicação que fez à justiça do seu suposto direito.

Assim como Bretas tem casa própria no Rio, o juiz Sérgio Moro também tem imóvel próprio em Curitiba. Mas, também como outros 17.351 magistrados brasileiros, recebe o benefício, independentemente de ter/terem ou não

casa própria. O desembargador paulista José Antônio de Paula Santos tem 60 imóveis em seu nome, mas, mesmo assim, pediu e recebe o benefício. Tanto Moro como Santos foram diretos com a imprensa. Não recorreram a notas nem a redes sociais. Na opinião de ambos, o benefício é uma forma de "compensação pela falta de reajuste dos salários dos juízes há muito tempo"(2015). Os críticos dessa forma enviesada de compensação a chamam de outra coisa, como penduricalho, por exemplo, ou privilégios de uma elite da justiça que se considera intocável.

Herança

Quando se trata de defender privilégios, a elite do funcionalismo público, principalmente os togados, dão de ombros para a modéstia. Questionado por que tem 60 imóveis em zonas nobres de São Paulo e mesmo assim recebe auxílio-moradia, o desembargador José Antônio de Paula Santos tem argumentos: para ele, cujos imóveis teriam sido herança de família, o parâmetro que deve ser usado para os salários dos juízes são os rendimentos dos advogados dos grandes escritórios do país. E emenda: "Você não pode comparar o salário do magistrado com o de um trabalhador que não tem formação específica. Isso às vezes a população também não percebe". Primeiro, ninguém está comparando e, segundo, o juiz tem absoluta razão: a população não percebe. E por isso não se conforma com o fato de alguém como ele, com 60 imóveis em bairros de classe média alta e com um salário superior a 30 mil reais, reivindicar e receber um auxílio moradia de R$ 4.378. Mas, como disse um juiz de Pernambuco, se o auxílio-moradia for extinto, os juízes criam no outro dia o auxílio saúde.

MALU FONTES é Jornalista, Doutora em Cultura pela UFBA, além de professora desta mesma instituição. **Jornal CORREIO, Fevereiro de 2018.**

Um grito de dor no meio da multidão (CARLOS BEZERRA JR.)

A violência doméstica tem agressor que conhece muito bem a sua vítima

AO LONGO da história da humanidade, muitas vítimas sofreram, gritaram e pagaram com suas próprias vidas até que o mundo se desse conta da necessidade de ouvir e agir em casos de violência contra a mulher. Apesar de muitos avanços, inclusive nas condições normativas para garantir direitos e punições, estamos longe de resolver uma das piores formas de violação de direitos humanos. Em alguns países, tal situação ainda é respaldada por leis e justificada por culturas milenares.

Escolhi como profissão, de coração, cuidar da vida e da vida que gera vida. Sou ginecologista e obstetra e nos períodos em que trabalhava como plantonista em prontos-socorros foram inúmeros os casos de mulheres violadas e violentadas que chegavam no meio da noite. A violência doméstica, o abuso sexual e o estupro eram conhecidos não apenas por números e estatísticas assombrosos, mas a partir de histórias relatadas, cotidianamente, por vidas que ficarão marcadas pela agressão física, psicológica e emocional. Uma vez estive em uma longa conversa com Nadine Gasman, representante do escritório da ONU Mulheres no Brasil, tratando de parcerias para fortalecer o papel da mulher em nossa sociedade, inclusive através da política.

Escolhi como profissão, de coração, cuidar da vida e da vida que gera vida. Sou ginecologista e obstetra e nos períodos em que trabalhava como plantonista em prontos-socorros foram inúmeros os casos de mulheres violadas e violentadas que chegavam no meio da noite. A violência doméstica, o abuso sexual e o estupro eram conhecidos não apenas por números e estatísticas assombrosos, mas a partir de histórias relatadas, cotidianamente, por vidas que ficarão marcadas pela agressão física, psicológica e emocional.

Uma vez estive em uma longa conversa com Nadine Gasman, representante do escritório da ONU Mulheres no Brasil, tratando de parcerias para fortalecer o papel da mulher em nossa sociedade, inclusive através da política. Ela tem uma definição que diz muito a todos nós sobre a maneira distorcida como nos organizamos em sociedade: Nascer mulher define nossa existência social.

Essa afirmação diz respeito não só à violência, ao tráfico e à exploração sexual, a mulheres raptadas, tiradas de suas famílias, privadas de suas próprias vidas, mas também fala da condição da mulher, seja no campo da educação ou no mercado de trabalho e no convívio social. Campanhas como #MeToo, #NemUmaAMenos e ElePorEla são lançadas no mundo com o objetivo de chamar a atenção para essa calamidade universal, para esse esvaziamento completo do valor da vida e do respeito à pessoa que, além de tudo, impõe normas de conduta à mulher.

A ONU criou uma data, 17 de novembro, para que o mundo possa refletir e debater a eliminação da violência contra as mulheres, mas é no Carnaval que essas violações se acentuam no Brasil. As denúncias de violência sexual no Carnaval de 2017 aumentaram 87,9% em comparação ao mesmo período do ano anterior, segundo dados da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, do governo federal. Os números levam em conta os atendimentos registrados pela Central de Atendimento à Mulher (Disque 180).

Bloco carnavalesco desfila pelas ladeiras de Olinda (PE) em forma de protesto, alertando os foliões sobre a importância do fim da violência contra a mulher

Provavelmente o cenário é ainda pior, dado o grande número de subnotificação nesses casos. A violência no âmbito doméstico, por exemplo, tem um agressor que conhece muito bem a sua vítima, sabe exatamente como manipulá-la, fazendo com que a mulher tenha vergonha, sinta-se culpada ou até merecedora das agressões. Quando percebe que há risco de rompimento, o agressor corre para o apelo, garantindo que a violência não se repetirá. Infelizmente, voltará a acontecer. Quase sempre essa violência é silenciada.

Os números disponíveis, de toda forma, compõem um quadro desalentador. No mundo, são mais de 2 milhões de mulheres e meninas vendidas e compradas como escravas sexuais; 15 milhões de jovens, de 15 a 19 anos, que já sofreram abuso sexual; a cada hora, 503 mulheres são vítimas de agressão física no Brasil. No país, um caso de estupro é notificado a cada 11 minutos 70% das vítimas são crianças e adolescentes. Quando algumas mulheres erguem suas vozes para dizer "eu também sofri, um coro se junta para chamar esse movimento de onda de denuncismo e exagero numa Hollywood em chamas".

Na verdade, mulheres quebraram o silêncio e tiveram a coragem de denunciar abertamente seus agressores algo que os homens e o business queriam manter em sigilo Fato é que nem eu nem você podemos falar por elas, todavia podemos nos juntar a elas para que, como disse a ativista paquistanesa Malala Yousafzai, "possamos levantar a voz, não para gritar, mas para que aqueles sem voz possam ser ouvidos...". Que assim seja feito, no meio da multidão.

CARLOS BEZERRA JR. é médico, deputado estadual de São Paulo pelo PSDB e presidenteda comissão de direitos humanos da Assembleia Legislativa de São Paulo. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2018**.

Qual o fantasma que os atuais bebês 'reborn' escondem? (LUIZ FELIPE PONDÉ)

Perco-me no que é 'direito' escrever sobre bonecos que podem ocupar o lugar de crianças

O LEITOR sabe o quanto penso que vivemos num mundo ridículo. Mas esse ridículo toca notas mais profundas em nós, penso eu, do que um mero ridículo para risadas baratas. Notas sombrias. Gosto de filmes e histórias de terror. Há algum tempo, vi um filme em que uma mulher aceitava um emprego de babá. Babá de um boneco. Ao longo da história, um namorado violento descobre o endereço da casa em que ela trabalha e acaba por quebrar o boneco.

A partir dai, uma "versão" fantasmagórica do boneco, no tamanho de um menino verdadeiro, surge para matar todo mundo. Resumo da ópera: o boneco menino cumpria lá uma missão. A missão de conter o espírito atormentado do verdadeiro menino. A moda "reborn" é uma nova moda. A redundância aqui visa o ridículo. Reborn são bonecos e bonecas (para respeitar os gêneros) que, "hiper-realistas", muitas vezes, ocupam o lugar de crianças verdadeiras para mulheres adultas (para meninas também, mas isso costumava ser "normal"). Imagino que também, de repente, os outros 170 gêneros sexuais humanos se sintam excluídos se eu não escrever que não só mulheres "têm o direito de" serem mães de bonecos e bonecas reborn.

Coloquei o "têm o direito de" entre aspas porque a expressão hoje se assemelha a "energia" ou "cabala" na sua desgraça semântica, ou seja, expressões que, de tanto uso, perderam a dignidade semântica. "Ética" é a próxima da fila. Perder a dignidade semântica quer dizer que perderam qualquer significado de fato. Tipo: você "tem o direito de" dizer "cabala" para se referir a uma brisa sua de que você na vida passada foi uma bruxa queimada porque era muito inteligente e gostosa, e homens opressores, que detestam mulheres inteligentes e gostosas, queimaram você. E você descobriu isso tudo numa terapia quântica.

Dado o exemplo, voltemos à realidade. "Direito" você tem até de se declarar samambaia. Se você se sentir uma samambaia, eu acho que você deve "ter o direito de" se declarar uma samambaia. Samambaias felizes compõem o cenário do futuro humano "cyborg". Se existirem samambaias competentes, logo bancos descolados as empregarão. Coworkings também terão startups com samambaias empoderadas.

Voltemos ao termo "cyborg". Em 1985, Donna Haraway publicou "A Manifesto for Cyborgs". Aqui o termo não significa unicamente os seres robóticos dos filmes. "Cyborg", aqui, significa o rompimento de fronteiras claras entre humanos e animais ou humanos e máquinas. O "Manifesto" (adoro gente que escreve manifestos) visa refletir sobre a dissolução das fronteiras ontológicas entre natural e artificial ou a das fronteiras entre o que é gente e o que não é. A reflexão é séria. Não vou entrar nela.

Interessa-me aqui o frisson presente na ideia de "manifesto". A propósito, também existe o "Manifesto Coworking" (adoro gente que escreve manifestos, desde o Comunista). Proponho o "Reborn Manifesto". Defenderei que as pessoas "têm o direito de" dar banhos em "reborn babies" e dar comida pra eles. Comprar roupas em lojas descoladas que compram o frisson do meu "Manifesto". Amá-los profundamente. Comprar remédios naturais para eles porque a indústria farmacêutica quer nos transformar em seus escravos viciados em drogas. Beijá-los. Sim, beijá-los.

Por que não? Claro, não na boca, porque mesmo o "Reborn Manifesto" não aceita pedofilia. Levá-los à escola? Sim! Vejo logo os coletivos de mães reborn perguntando: "Por que meus filhos, filhas e filhxs não têm o direito de frequentar as escolas?". Mas não as escolas para crianças "especiais"! Escolas para crianças "normais"! "Comuns"? Perco-me no que é "direito" ou não escrever.

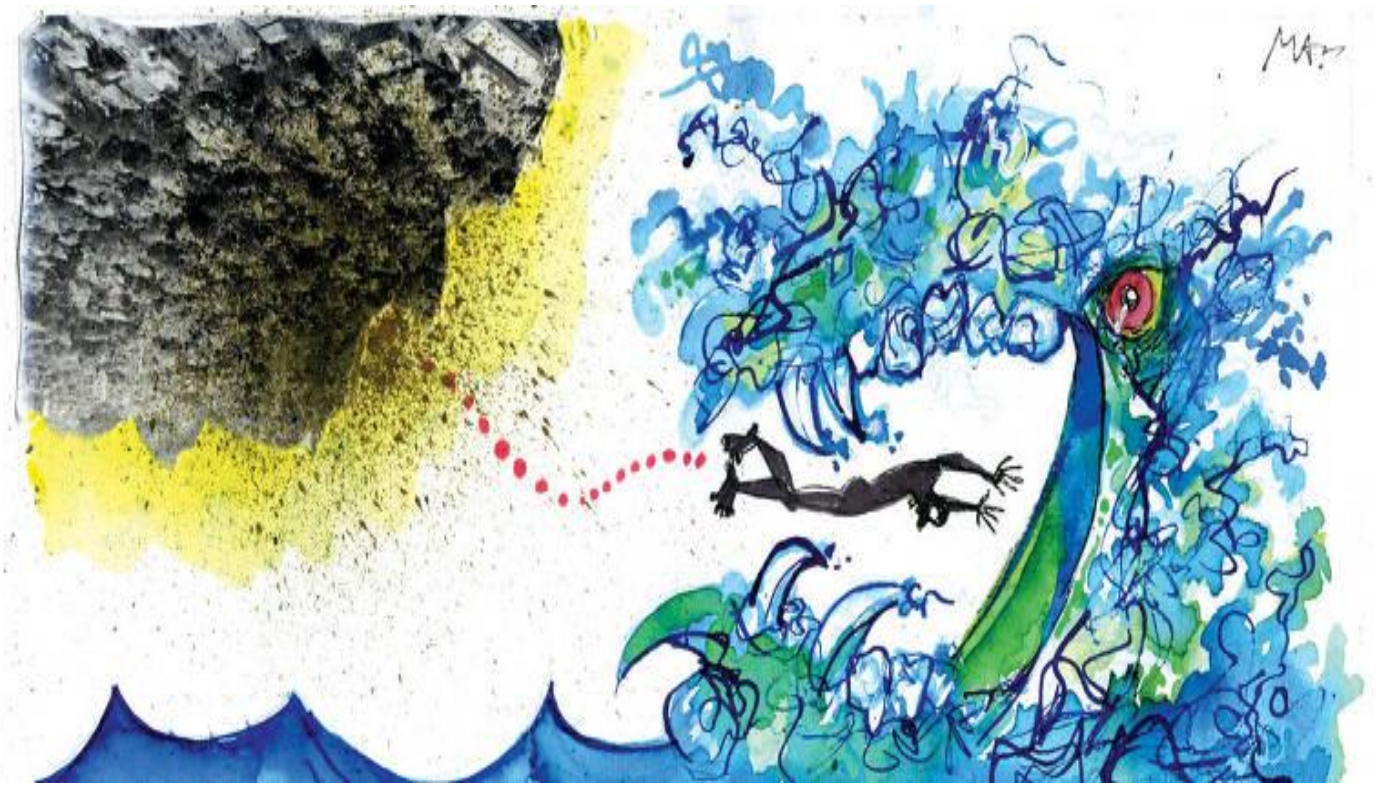
Então suas crianças reborn frequentarão as aulas, com os mesmos "direitos" das outras crianças, e políticas contra o bullying de crianças reborn serão criadas por especialistas em diversidade reborn. Logo a discussão tocará o tema dos 171 gêneros sexuais humanos em matéria reborn. Um "Transreborn Manifesto" será escrito. "Reborn babies" terão cotas nas escolas! Pergunto-me: qual é o fantasma que esses "reborn babies" escondem nessas "reborn mommies"?

LUIZ FELIPE PONDÉ é filósofo, escritor e ensaísta, doutor pela USP, pós-doutorado em epistemologia pela Universidade de Tel Aviv, professor da PUC-SP e da Faap, discute temas como comportamento contemporâneo, religião, niilismo, ciência. Autor de vários títulos, entre eles, 'Contra um mundo melhor' (Ed. LeYa). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2018.**

Cegueira da razão (CONTARDO CALLIGARIS)

De um lado há nacionalistas crescendo e, do outro, a repetição abstrata de um universalismo assistencial

MACERATA é uma cidade italiana, de pouco mais de 40 mil habitantes. Eu a conheço bem porque é o centro mais próximo de Montegranaro, cidadezinha da família de minha mãe, onde passei muitas férias de infância, sobretudo na semana de Páscoa.



Perto da praça central, surge o Sferisterio, uma arena semicircular que foi construída no começo do século 19 para o jogo de bola que era popular na Europa desde o século 16 e que se chamava, na Itália, "pallone col bracciale", ou seja, bola com braçal. O Sferisterio é hoje uma arena lírica, com uma estação de óperas durante o verão local. Macerata é também sede de uma universidade e capital de província. Tudo isso faz que ela não seja nem fechada ao mundo nem isolada dele.

Agora, a planta urbana de Macerata preserva a forma e o aspecto de um burgo, em cima de uma altura. Apesar dos povos variados que passaram por lá (galos, siracusanos, romanos etc.), Macerata parece uma cidade zelosa por algo que deveria ser preservado -- talvez sua beleza. Pelas ruas de Macerata, no sábado passado, Luca Traini, 28 anos, semeou o pânico: ele circulou atirando nos negros que ele encontrasse, feriu 11 (do Mali, da Nigéria e do Gana), dois gravemente. No fim, não opôs resistência. Antes de ser preso, colocou nos ombros uma bandeira italiana.

Em eleições municipais de 2017, Traini, originário da região e nostálgico fascista, tinha sido candidato a vereador da Liga Norte (partido contrário à imigração dos "refugiados" na Itália). Os disparos foram ao redor de Via Spalato. Três dias antes, em Macerata, Pamela Mastropietro, 18, foi morta e despedaçada: seu corpo foi encontrado em duas malas de rodinhas nos campos ao redor da cidade. Em via Spalato residia, antes de ser preso, um nigeriano de 29 anos, traficante de drogas, que está preso e é acusado pelo assassinato de Pamela. Traini disse: "Queria vingança por Pamela e fazer algo contra a imigração, porque o fenômeno da imigração clandestina deve ser parado".

O Presidente do Conselho dos Ministros da Itália, P. Gentiloni, declarou: "O ódio e a violência não conseguirão nos dividir". Pergunta: "nos" quem? Os políticos parecem concordar: Traini é um louco, não devemos instrumentalizar eleitoralmente o que aconteceu. Ok, mas vamos com calma. Jaspers dizia que a loucura começa quando não conseguimos mais entender as causas do comportamento de alguém. É o caso de Traini? Acho que não.

Detesto fascistas e nacionalistas: sonho com um mundo sem fronteiras e sem passaportes. Mas a primeira regra, para evitar catástrofes, consiste em enxergar o que acontece de fato. Da Holanda à Dinamarca, da França à Finlândia e ao Reino Unido do "brexit", no mínimo 20% dos europeus se opõem à imigração de refugiados asiáticos e africanos. E qual parte da população dos EUA concorda com a tese de Trump de uma invasão em curso por estupradores e criminosos centro-americanos?

Todos racistas e fascistas? De que adianta qualificá-los assim? Em vez de interrogar e considerar as dificuldades concretas de conviver com diferentes, preferimos estigmatizar a "intolerância", abstratamente. Cuidado, quanto mais conclamarmos que só importa a espécie humana, à qual todos pertencemos, tanto mais teremos reações extremas de particularismos violentos (a teoria racista surgiu no século 19 como reação à ideia iluminista da unidade da espécie humana).

O advogado de Luca Traini relata que já está sendo parado na rua por pessoas que expressam solidariedade a seu cliente. Ele afirma que Luca deve ser julgado como criminoso, mas também constata que ele é a ponta de um iceberg que foi criado pelos políticos que não levaram a sério a questão da imigração e da integração dos refugiados. Em suma, de um lado há partidos nacionalistas crescendo e neofascistas atirando e, do outro, a repetição abstrata de um universalismo lacrimejante e assistencial. Exemplo?

Georges Didi-Huberman, num livro recente, "Passer, quoi qu'il en Coûte" (passar, custe o que custar), quer comover seus leitores: "Ter fugido, ter perdido tudo. Passar, para tentar viver aqui, onde a guerra é menos cruel. Passar, para viver como sujeitos de direito, como simples cidadãos. Pouco importa o país, à condição que seja um Estado de direito". Fala sério: os caras se jogam no Mediterrâneo e tentam atravessar de qualquer jeito, e isso por amor pelos valores do século 18 francês?

CONTARDO CALLIGARIS é psicanalista, doutor em psicologia clínica e escritor. Ensinou Estudos Culturais na New School de NY e foi professor de antropologia médica na Universidade da Califórnia em Berkeley. Reflete sobre cultura, modernidade e as aventuras do espírito contemporâneo (patológicas e ordinárias). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2018.**

Os antolhos da adesão brasileira à OCDE (GEOVANA ZOCCAL GOMES)

HÁ QUASE um ano o Brasil apresentou um pedido oficial para se tornar membro pleno da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Diversos órgãos domésticos têm sólido interesse em aderir à organização. Aparentemente foi um movimento liderado fortemente pelo presidente Michel Temer e o ministro da Fazenda Henrique Meirelles. Mas será que essa é uma visão homogênea? A diversidade das comunidades de políticas brasileiras mostra que, de maneira ainda mais aflorada no atual contexto político, diferentes interesses estão em jogo.

O atual ministro das Relações Exteriores Aloysio Nunes defendeu em artigo no Estadão que a OCDE tem sido bem-sucedida em se adaptar à nova conjuntura mundial. Realmente a organização passou por uma ampliação desde sua criação em 1961, tanto em número de membros, como em expertise técnica em diferentes setores. Contudo tem claramente enfrentado dificuldades na busca por deixar de ser conhecida como *club* e se tornar um *hub*. Não se pode esquecer que a OCDE foi criada sob liderança dos Estados Unidos ainda durante a Guerra Fria. Países industrializados formaram uma rede de alto nível de experiência e influência no cenário internacional. Apesar de adaptações, as práticas e normas que gerem as relações internacionais ainda hoje já estavam, de maneira geral, definidas no fim da década de 1970. Países do Sul Global, como Brasil e China, não fizeram parte da mesa de negociações na definição desses padrões.

Nos anos 2000, o Brasil se envolveu ativamente na articulação de uma estratégia clara com outros países do Sul Global para adquirir maior voz e poder de influência no cenário internacional. Existiu uma busca clara por mais autonomia, na qual países em desenvolvimento como o Brasil evitaram depender da assistência de países desenvolvidos na busca pelo desenvolvimento. Através de fóruns como G20 e G77 o Brasil adquiriu papel importante nas relações internacionais – como potência do Sul. Quando Michel Temer assumiu a Presidência, em meio a uma crise econômica e política, o multilateralismo e o desenvolvimento internacional acabaram ficando com espaço limitado na agenda da política externa brasileira.

A relação brasileira com a organização não é novidade. Desde meados dos anos 1990, o país tem adotado uma posição gradual e seletiva de aproximação à OCDE. Ao lado de China, Índia, Indonésia e África do Sul, o Brasil se tornou em 2007 um de seus parceiros estratégicos (*key partners*). Muitas das instâncias da OCDE têm participação aberta a não membros. Apesar de não existir uma lista sistematizada do status brasileiro e ano de inserção nessas instâncias, cruzando informações de diferentes publicações da OCDE é possível identificar que o Brasil participa de dez dos doze Diretórios, e de três de outros oito comitês e unidades especiais.

O engajamento nos Diretórios e Comitês da OCDE é encorajado por um número bastante amplo de grupos de interesses domésticos. Não só o Ministério das Relações Exteriores, responsável pela *liaison* com a organização, se envolve nessa questão. Outros ministérios, indústrias e agências de governo com expertise setorial têm interesses nessa agenda. Em 2015, o governo brasileiro assinou um acordo de cooperação junto à organização, que incluía um Programa de Trabalho de 126 atividades para os anos 2016 e 2017. Sob o argumento de conferir maior credibilidade e atração maior de investimentos para o país, o pedido oficial para fazer parte da OCDE foi enviado em maio de 2017.

Seguramente é importante para a diplomacia brasileira manter relações com a organização, como tem feito nas últimas décadas. Mas aderir à OCDE significa adotar o pacote completo das normas e procedimentos, para além de adicionar um gasto anual de mais de R$ 55 milhões. Apesar das normas não apresentarem retaliações, existe pressão entre os pares de adoção de mecanismos que não necessariamente são de interesse do Brasil.

A diplomacia brasileira tem sofrido nos últimos anos esses e outros reveses. De acordo com pesquisa elaborada recentemente pela Universidade da Carolina do Sul, o Brasil ocupa a penúltima posição no ranking de poder-brando global (*global soft-power*) – que leva em conta elementos como governo, setor privado, engajamento da sociedade, influência digital, educação e cultura. O país caiu cinco posições no último ranking, e essa queda é ainda mais significativa se considerarmos que recebemos muito recentemente Copa do Mundo e Jogos Olímpicos.

Para além da análise técnica, o movimento do governo brasileiro em solicitar adesão à OCDE não pode deixar de levar em consideração as consequências para a agenda da política externa brasileira que essa adesão pode causar. Supunha-se que o Brasil, por fazer parte dos parceiros estratégicos da organização, poderia se beneficiar de um processo acelerado de adesão. Contudo isso não tem se mostrado ser verdade. Apesar do apoio declarado do secretário-geral, Angel Gurría, o presidente estadunidense Donald Trump tem mostrado resistência à ampliação da organização. O erro de cálculo de como seria o processo e o atabalhoamento por parte de Michel Temer levaram à constrangedora negativa francesa do pedido recente do Brasil para estabelecer em Paris missão diplomática junto à OCDE. A negativa não é de se assustar, afinal, o Brasil ainda não é membro pleno da organização.

Já se passou quase um ano da indicativa oficial brasileira à adesão. Além do Brasil, outros cinco países também almejam se tornar membros da OCDE. A indicativa é que o processo seja conduzido por duplas de países a cada vez, e o Brasil estaria no último lugar. Na tentativa de se recuperar desses tropeços, o presidente Temer designou recentemente o Embaixador Carlos Márcio Cozendey – melhor negociador internacional que o Brasil possui – para liderar esse trâmite. Cozendey trabalhará a partir da embaixada brasileira em Paris com intuito de alavancar o processo.

Órgãos técnicos, de maneira geral, percebem a adesão à OCDE como relevante para o desenvolvimento da indústria e expertise técnica do Brasil. Contudo, quais seriam as consequências políticas desse movimento? Qual

papel está buscando o atual governo brasileiro para o futuro do Brasil, tanto doméstico, como no cenário internacional? Para além do embate entre motivações técnicas e consequências políticas, não esqueçamos que o contexto doméstico brasileiro segue conturbado. Parte significativa da população questiona não só a (falta de) estratégia da política externa dessa administração, como também a própria legitimidade que ela possui para decisões significativas como essa. Com eleições presidenciais à vista, pouco provável que alguma decisão seja tomada antes da definição de quem assumirá a presidência do país.

GEOVANA ZOCCAL GOMES é doutoranda e pesquisadora do Brics Policy Center/IRI (PUC-Rio). **Jornal LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, Fevereiro de 2018.**

Quero ir ao boteco sozinha (VERA IACONELLI)

O Brasil pode ser melhor que o Irã, mas as mulheres não têm o direito de ir e vir

Mulher retira cerveja de barril - Eduardo Knapp/Folhapress

ASSISTI a um excelente debate sobre cantada, assédio e outros bichos e trago algumas das questões trabalhadas, deixando outras para a próxima. Localizar as conquistas femininas no mapa e no tempo nos ajuda a entender sua proximidade e precariedade. O direito ao voto, à escolha do cônjuge, a falar em público, a não transar com o marido, a controlar a reprodução são liberdades recém conquistadas, que ainda estão longe de contemplar todas as mulheres e que desavisados podem supor que sempre estiveram aí.

No final do século 19 esses direitos não eram acessíveis nem nos países mais liberais e, uma vez conquistados, nem todos foram mantidos. Que o Irã, onde a geração da minissaia deu lugar à geração da burca, nos sirva de exemplo. Mas, se ao ler Irã, você sentiu alívio por morar num país onde as mulheres podem usar top, não se dê ao trabalho de comemorar e não deixe que a comparação lhe suba a cabeça. O que é menos péssimo não deveria nos servir de consolo.

As mulheres ainda não podem exercer seu pleno direito de ir e vir. Se ainda por cima forem negras e pobres, são o fim da cadeia alimentar o que pode ser agravado se forem profissionais do sexo ou transexuais. Todos os paulistanos saem de casa com algum grau de temor por sua integridade em função da violência. Os rapazes negros e pobres que de "tão pretos são pobres e de tão pobres são pretos" como diriam Caetano Veloso e Gilberto Gil sabem bem disso, pois seu direito de ir só não é maior do que sua chance de não voltarem vivos, haja vista o diuturno assassinato desses jovens da periferia.

No entanto, as mulheres experimentam um constrangimento sistemático, não contingencial, na ocupação do espaço público. Exagero? Uma pessoa chega num bar à noite, pede uma cerveja, senta só, apreciando o movimento, talvez buscando o cruzamento de um olhar que lhe interesse. Essa pessoa sai do bar às 4h da manhã para pegar um táxi. Quem pode fazer isso sem ser importunado? Faz diferença se é um homem ou uma mulher? Quem será abordado mesmo sem ter dado nenhum sinal de estar interessado? Sinais de interesse, entenda-se, seriam um olhar, um sorriso, um aceno, que abrisse caminho para uma abordagem direta.

Não meninas, não tentem fazer isso fora de casa, ok?, pois se trata de um tabu que ainda não foi quebrado por nós. Ainda não conquistamos esse direito, e corremos o risco de termos que justificar para o delegado o porquê de termos sido, no mínimo, assediadas. Estamos querendo demais? Usemos um exemplo mais banal.

Vila Madalena, 14h30, saindo com minha filha de 15 anos de um restaurante, ouvimos as maiores baixarias dirigidas a ela, vindas de um grupo de homens do outro lado da rua. Constrangida, finjo ignorar as falas com medo de expô-la ainda mais. Já dentro do carro, voltando para casa, passamos pela porta do local. Num ímpeto, paro o carro e desço o vidro protegida do espaço público. A solicitude do brasileiro em dar informações é prontamente exemplificada, com os rapazes se aproximando para nos atender. Olho no olho, informo que somos aquelas que tiveram que ouvir as falas indecentes dos cavalheiros. Constrangimento, pedidos de desculpas e minha filha teve mais uma amostra do que a aguarda como mulher. Ainda.

VERA IACONELLI é psicanalista e consultora em educação fala relações entre pais e filhos, as mudanças de costumes e as novas famílias do século 21. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Janeiro de 2018.**

Presunção de inocência (RICARDO LEWANDOWSKI)

A presunção de inocência representa talvez a mais importante das salvaguardas

AS CONSTITUIÇÕES modernas surgiram na esteira das revoluções liberais do século 18 como expressão da vontade do povo soberano, veiculada por seus representantes nos parlamentos. Desde então, revestiram-se da forma escrita para conferir rigidez aos seus comandos eis que foram concebidas como instrumentos para conter o poder absoluto dos governantes, inclusive dos magistrados. Apesar de sua rigidez, logo se percebeu que as constituições não poderiam permanecer estáticas, pois tinham de adaptar-se à dinâmica das sociedades que pretendiam ordenar, sujeitas a permanente transformação. Se assim não fosse, seus dispositivos perderiam a eficácia, no todo ou em parte, ainda que vigorassem no papel.

Por esse motivo, passou-se a cogitar do fenômeno da mutação constitucional, que corresponde aos modos pelos quais as constituições podem sofrer alterações. Resumem-se basicamente a dois: um formal, em que determinado preceito é modificado pelo legislador ou mediante interpretação judicial, e outro informal, no qual ele cai em desuso por não corresponder mais à realidade dos fatos. Seja qual for a maneira como se dá a mutação do texto constitucional, este jamais poderá vulnerar os valores fundamentais que lhe dão sustentação. A Constituição Federal de 1988 definiu tais barreiras, em seu art. 60, 4º, denominadas de cláusulas pétreas, a saber: a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; e os direitos e garantias individuais.

A presunção de inocência integra a última dessas cláusulas, representando talvez a mais importante das salvaguardas do cidadão, considerado o congestionadíssimo e disfuncional sistema judiciário brasileiro, no bojo do qual tramitam atualmente cerca de 100 milhões de processos a cargo de pouco mais de 16 mil juízes, obrigados a cumprir metas de produtividade pelo Conselho Nacional de Justiça. Salta aos olhos que em tal sistema o qual, de resto, convive com a intolerável existência de aproximadamente 700 mil presos, encarcerados em condições sub-humanas, dos quais 40% são provisórios multiplica-se exponencialmente a possibilidade do cometimento de erros judiciais por magistrados de primeira e segunda instâncias.

Daí a relevância da presunção de inocência, concebida pelos constituintes originários no art. 5º, LVII, da Constituição em vigor, com a seguinte dicção: ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença criminal condenatória, o que subentende decisão final dos tribunais superiores. Afigura-se até compreensível que alguns magistrados queiram flexibilizar essa tradicional garantia para combater a corrupção endêmica que assola o país.

Ricardo Lewandowski, ministro do STF, durante sessão da corte - Mateus Bonomi/Folhapress

Ministra Cármen Lúcia - Presidente: natural de Montes Claros, em Minas Gerais, foi indicada por Lula Alan Marques/Folhapress

Nem sempre emprestam, todavia, a mesma ênfase a outros problemas igualmente graves, como o inadmissível crescimento da exclusão social, o lamentável avanço do desemprego, o inaceitável sucateamento da saúde pública e o deplorável esfacelamento da educação estatal, para citar apenas alguns exemplos.

Mesmo aos deputados e senadores é vedado, ainda que no exercício do poder constituinte derivado do qual são investidos, extinguir ou minimizar a presunção de inocência. Com maior razão não é dado aos juízes fazê-lo por meio da estreita via da interpretação, pois esbarrariam nos intransponíveis obstáculos das cláusulas pétreas, verdadeiros pilares de nossas instituições democráticas.

RICARDO LEWANDOWSKI é professor titular de teoria do Estado da Faculdade de Direito da USP e ministro do Supremo Tribunal Federal. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Janeiro de 2018.**

Paralisia (in)decisória? (PEDRO MALAN)

O Brasil falha em se preparar. E crescem os riscos de esperar o carnaval - de 2019...

"**FALHAR** em se preparar é preparar-se para falhar", escreveu Benjamin Franklin, um dos pais fundadores da democracia norte-americana. A observação vale para indivíduos e organizações, mas também para países que estejam a viver momentos definidores. Como o Brasil nesta transição de 2018 para 2019 e adiante. Para muitos, o "ano da virada" será 2019 - o primeiro de um governo recém-saído das urnas, dotado de legitimidade e capital político, capaz de tomar decisões difíceis e avançar na agenda de reformas com o Congresso.

Na verdade, para que 2019 seja "ano de virada" é fundamental que 2018 também o seja. Quatro episódios de nossa história recente permitem compreendê-lo. Em meados de 1993, a inflação caminhava para mais de 2.000% ao ano e o descalabro das contas públicas era evidente; o Brasil não tinha a opção de esperar as eleições de outubro de 1994 e a posse, no começo de 1995, de um novo governo que então decidisse o que fazer. Assim como não podia, em meados de 1998, esperar o início de 1999 para adotar medidas drásticas de ajuste, anunciar seu programa fiscal para o triênio 1999-2001 e sinalizar a decisão de buscar apoio internacional para esse programa. Em meados de 2002 o Brasil não podia esperar o início de 2003; os riscos eram muito claros desde abril/maio e levaram a uma preparação para não falhar que permitiu transição civilizada entre o governo que saía e o que entrava - que fez muito bem a este último e ao País por vários anos.

O quarto episódio ilustra não um êxito, mas um fracasso. Em 2014 o Brasil falhou em se preparar - ou se preparou para falhar -, apesar dos inúmeros alertas de que a política econômica era insustentável e teria de mudar, qualquer que fosse o resultado das urnas de outubro daquele ano, aí incluída a eventual reeleição de Dilma Rousseff. A mudança veio no mês seguinte às eleições, quando era tarde demais. A recessão, iniciada em abril de 2014, só terminaria em dezembro de 2016 - após quase 10% da queda na renda per capita e 13 milhões de desempregados.

Encontramo-nos desde então em modesta, mas consistente recuperação cíclica, para a qual contribuiu a condução da política econômica. 2018 será um ano melhor que 2017, por sua vez melhor que 2016. Mas está claro que a sustentabilidade dessa recuperação depende fundamentalmente de avanços no processo de mudança e reformas. Este depende, por sua vez, de avanços na percepção da opinião pública, antes das eleições, sobre a natureza dos desafios. Quanto mais as dificuldades forem escamoteadas na campanha eleitoral, mais tortuoso será esse processo.

O risco de falhar em nos prepararmos é especialmente dramático em duas grandes áreas. A primeira é a das finanças públicas. O equacionamento de sua insustentável situação exige que candidatos a presidente e a governador que se levem a sério se proponham a conhecer o nível e a composição de despesas, receitas e endividamento, respectivamente, do País e de seus Estados. Que mostrem a seus eleitores estar cientes da gravidade do problema e empenhados em enfrentá-lo, sugerindo linhas de ação e demonstrando disposição de buscar pessoas honestas e tecnicamente competentes para a empreitada. Será impossível evitar um debate sério sobre Previdência, a despeito do barulho das corporações.

A segunda grande área é a educação - que constitui o maior desafio na definição de nosso futuro neste século 21. Com foco no que é fundamental: a redução da desigualdade de oportunidades nos anos iniciais de formação. A exemplo do debate sobre finanças públicas, também aqui tem havido progresso no entendimento dos desafios. Mas tem faltado foco no que importa: a redução das desigualdades na distribuição de renda e de riqueza passa, necessariamente, pela redução das desigualdades na distribuição de oportunidades. Aprendizado de qualidade nas idades certas nas áreas de leitura, escrita e noções básicas de matemática e de ciências. Nosso sistema educacional é regressivo do ponto de vista da distribuição de oportunidades; o problema não se resolve no âmbito do ensino superior ou médio, porque então já é demasiado tarde.

Observações importantes de duas pessoas de diferente formação política ilustram as possibilidades de diálogo sobre essa que é uma das tragédias brasileiras. O atual secretário municipal de Educação do Rio de Janeiro, César

Benjamin - responsável por 1.530 escolas, 650 mil alunos, 43 mil professores e 25 mil funcionários -, foi direto ao ponto: "Uma criança/adolescente que não aprendeu leitura e escrita e noções básicas de matemática já é um excluído". Na mesma linha se pronunciou Simon Schwartzman, um de nossos mais respeitados especialistas no tema: "Uma criança que chegar aos 10/11 anos de idade numa escola precária, que não aprendeu a ler nem escrever, não tem futuro". Ambos se referem, naturalmente, a este mundo em que o vertiginoso processo de "destruição criadora" em tecnologia de informação, robotização e inteligência artificial tende a marginalizar pessoas desprovidas das qualificações mínimas requeridas.

É domingo de carnaval e não quero aborrecer o leitor com números. Basta dizer que as duas observações citadas têm base em amplas evidências empíricas, como a Avaliação Nacional de Alfabetização, que cobre milhares de alunos de 8/9 anos e cerca de 2 mil escolas públicas; e a pesquisa da OCDE (Pisa), que cobre alunos de 15 anos de mais de 60 países do mundo. Têm amparo também em pesquisa oficial recente que compara pais e filhos em termos dos respectivos níveis de educação e renda - e mostram o desastre que é o analfabetismo funcional no Brasil. (Vejam a esse respeito o excelente artigo de João Batista de Oliveira **Analfabetismo no Século 21**, publicado em 27/1.) Estamos falhando em nos preparar. Serão crescentes os riscos de esperar o carnaval - de 2019 - chegar. E passar.

PEDRO MALAN é economista e foi ministro da fazenda do governo de FHC. Jornal O ESTADO DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2018.

CHARGE DA SEMANA: O auxílio moradia concedido a magistrados, mesmo àqueles que têm imóvel na cidade a qual trabalha.

RONALDO. Disponível em: http://jconline.ne10.uol.com.br/. Acesso em 10 fev. 2018.